

Emenda n.º _____ - CCJ
(ao PLC n.º 125 de 2006)

Dê-se ao art. 23 do Projeto de Lei da Câmara n.º 125 de 2006, a seguinte redação:

“**Art. 23.** O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos trezentos e sessenta e cinco dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Há rica polêmica em torno da constitucionalidade ou da inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 1.533/1951, que corresponde ao art. 23 projetado.

Dão prova suficiente disto a Súmula 632 do Col. Supremo Tribunal Federal, que entende constitucional aquela regra, e o PLS n.º 368, de 2007, de autoria do nobre Senador Marco Maciel, que buscava afastá-la do sistema.

Não obstante minha posição pessoal já manifestada quando da apresentação de relatório ao PLS n.º 368, de 2007, esta CCJ, por solução consensual de seus membros em sessão realizada em 15/12/2008, deliberou por não afastar o prazo decadencial, mas, sim, por ampliá-lo de 120 para 365 dias, alterando, com isso, o art. 18 da Lei n.º 1.533/1951.

Como esse novo projeto visa substituir integralmente a Lei n. 1.533/1951, acredito que tal aperfeiçoamento deve ser incluído nessa proposição.

É que como o mandado de segurança é instrumento de garantia de direitos fundamentais, quanto maior o prazo para sua impetração, maior a garantia de que ilegalidades e abusos de poder praticados por autoridades públicas não se perpetuarão ao longo do tempo.

Por isso, acredito que o direito de requerer mandado de segurança somente pode extinguir-se depois de decorridos trezentos e sessenta e cinco dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, sendo este, então, o objetivo da proposição.

Sala das Sessões,

Senador VALTER PEREIRA